

**CONTRACEPTIVO DE EMERGÊNCIA: COMPREENSÃO ACERCA DO MÉTODO
ANTICONCEPCIONAL
EMERGENCY CONTRACEPTIVE: UNDERSTANDING ABOUT THE
CONTRACEPTIVE METHOD**

CARVALHO, Camila Duarte Meira¹
MATOS, Izabela Caroline Dias Lacerda de²
CARDOSO, Jennes Gleice Pinho³
ARAÚJO, Leonardo de⁴
CRUZ, Ludimila Lacerda⁵
TELES, Maria Eduarda Henrique⁶
GOMES, Ronara Cristina de Oliveira⁷
SILVA, Sara Franco⁸
SANTOS, Thiago dos Reis⁹

Doi: doi.org/10.53426/unicad-v3n1.003

Recebido: 29 jun. 2023
Revisado: 01 ago. 2023
Aprovado: 23 ago. 2023

RESUMO

Anticoncepcional de emergência (AE), conhecido também como pílula do dia seguinte deve ser conhecido por toda a população, principalmente mulheres adultas e adolescentes. É importante conhecer o fármaco em questão, saber seus métodos de uso, propriedades e reações adversas que ele pode provocar. Ainda que seja um método de prevenção a gravidez ligado erroneamente aos abortos, sua função é prevenir uma possível gravidez, não permitindo a fecundação. O AE é um método indicado em casos específicos para evitar uma gravidez indesejada, usada em casos de relações sexuais desprotegidas ou em vítimas de violência sexual, tendo sempre em mente que o anticoncepcional de emergência – também chamado de pílula do dia seguinte, não é e não deve ser utilizada como um anticoncepcional rotineiro, e seus métodos de uso devem ser respeitados, como o tempo entre a relação sexual desprotegida e o uso da pílula e também é importante se atentar a quantidade máxima de consumo do AE ao ano, outros métodos contraceptivos devem ser priorizados.

Palavras-chave: Anticoncepcional de emergência; Pílula do dia seguinte; Gravidez indesejada; Relação sexual desprotegida.

ABSTRACT

Emergency contraception (EC), also known as the morning-after pill, should be known by the entire population, especially adult women and adolescents. It's important to understand the specific medication, know its methods of use, properties, and potential adverse reactions it can cause. Even though it's erroneously associated with abortion,

¹ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: camiladmcmeyra@gmail.com.

² Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: izabelacarolinebias@gmail.com.

³ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: jennespinho@hotmail.com.

⁴ Professor Orientador. Email: leonardodearaujo@yahoo.com.br.

⁵ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: ludimilaa@gmail.com.

⁶ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: mariaeduardahteles@gmail.com.

⁷ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: ronaragomes87@gmail.com.

⁸ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: sara.franco.silva@hotmail.com.

⁹ Discente do curso Biomedicina da Faculdade Única de Ipatinga, e-mail: thiagoreisbetania@gmail.com.

its purpose is to prevent a possible pregnancy by not allowing fertilization. EC is a method recommended in specific cases to prevent an unwanted pregnancy, used in cases of unprotected sexual intercourse or in victims of sexual violence, always bearing in mind that emergency contraception – also referred to as the morning-after pill, is not and should not be used as a routine contraceptive. Its usage methods must be respected, including the time interval between unprotected sexual intercourse and pill usage. It's also important to be attentive to the maximum yearly consumption of EC; other contraceptive methods should be prioritized.

Keywords: Emergency contraceptive; Pill of the next day; unwanted pregnancy; unprotected sexual intercourse.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existem inúmeros métodos anticoncepcionais disponíveis, porém ainda são altas as taxas de gravidez indesejada decorrentes de práticas sexuais sem a devida proteção. Nesse contexto, o anticoncepcional de emergência (AE) ou pílula do dia seguinte, como é conhecido popularmente, é um método utilizado para evitar uma gravidez indesejada depois da prática sexual desprotegida, sendo indicada em casos de relações sexuais sem proteção, na falha no uso do método anticoncepcional rotineiro (ex: do preservativo durante a relação sexual) ou em casos de violência sexual – a indicação do uso de AE é para esses casos. (CAVALCANTE; et al, 2016).

O anticoncepcional de emergência contém uma significativa concentração hormonal que atua principalmente ao inibir ou atrasar a ovulação por meio do atraso do pico de hormônio luteinizante (LH). Sua ação ocorre antes da fecundação do zigoto (COSTA; et al, 2021).

Se tomado após o tempo especificado, não interromperá a gravidez. Assim, embora a contracepção de emergência esteja associada à controvérsia do aborto, ela não é de natureza abortiva. (SOUSA L. G. de; & CIPRIANO V. T. F., 2019).

Ao optar pelo uso da pílula do dia seguinte alguns cuidados devem ser tomados, como o intervalo de tempo entre a relação sexual desprotegida e o seu consumo, que não deve ultrapassar 72 horas (três dias). Além disso, a pílula do dia seguinte não deve ser utilizada de forma rotineira, pois sua eficácia é cientificamente comprovada reduzida com o seu uso repetitivo e o prejuízo à saúde da mulher também é consideravelmente preocupante. Portanto, seu uso não deve ser de contracepção de rotina. É recomenda que o AE seja utilizado, no máximo, de três a quatro vezes ao ano. (PORTELA, CIDILENA GUEDES, 2015)

O método AE requer orientação e supervisão dos serviços de saúde. Devido à sua particularidade relacionada ao tempo crítico para utilização, o acesso a esse método de contracepção deve ser ágil. Com o objetivo de atender a essa necessidade de pronta disponibilidade, o Sistema Único de Saúde (SUS) atualmente oferece de forma gratuita, em seus postos, a pílula anticoncepcional de emergência, além de outros métodos contraceptivos. (BRASIL, 2020).

O objetivo principal deste estudo é alcançar uma compreensão abrangente do funcionamento do anticoncepcional de emergência, considerando a relevância fundamental para o campo da biomedicina, onde o conhecimento acerca deste agente farmacêutico e suas diretrizes de utilização é de extrema significância. No âmbito dos objetivos específicos, visamos aprofundar nosso entendimento acerca da composição do anticoncepcional de emergência, analisar minuciosamente os potenciais efeitos adversos associados à sua utilização, assim como identificar suas contraindicações. Além disso, almejamos examinar as complexidades inerentes ao controle da

administração deste medicamento no cenário brasileiro, e destacar fatores cruciais que orientam a escolha deste método contraceptivo.

2 METODOLOGIA

O estudo para elaboração deste trabalho foi executado com a formação teórica sobre o tema, iniciando-se por uma pesquisa bibliográfica em sites de busca confiáveis, como www.scielo.org, PUBMED e www.scholar.google.com.br, e análise preliminar sobre o tema da pesquisa. Foram utilizados para busca artigos, livros, cartilhas, notas técnicas, resoluções, ligados às palavras chaves (Anticoncepcional de emergência; Pílula do dia seguinte; Gravidez indesejada; Relação sexual desprotegida) datados a partir do ano 2018 que possuam embasamento para o tema.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 COMPOSIÇÃO

O anticoncepcional de emergência apresenta vários riscos para saúde da mulher devido a sua alta dosagem hormonal. Este fármaco pode ser composto por estrogênio e progesterona, que atuam no impedimento da ovulação. (CARMO; DUARTE, 2017)

Há duas maneiras de se oferecer o anticoncepcional de emergência, uma delas é conhecida como método ou regime Yuzpe, ele consiste na administração combinada de um estrogênio e um progestógeno sintético. (RORIZ; RIBEIRO, 2016). Neste caso, o mais recomendado é que haja etinil-estradiol e levonorgestrel, e é necessário que a dose final contenha 0,2 miligrama de etinil-estradiol e 1,0 grama de levonogestrel. A segunda forma de uso da contracepção de emergência acontece a partir do levonorgestrel, uma forma sintética e isolada da progesterona, em uma dose total de 1,5 mg. Essa dose pode ser administrada como uma dose única de 1,5 mg ou alternadamente em duas doses de 0,75 mg cada. Adicionalmente, os comprimidos podem conter outros componentes, tais como amido, dióxido de silício, lactose, magnésio, entre outros. Esses são os principais fármacos empregados na prevenção da gravidez. (PORTELA, 2015).

O AE deve ser administrado no máximo 72 horas após a relação sexual para possuir eficácia, porém, quanto mais rápido for administrado melhor seu efeito. Alguns dos mecanismos do AE são retardar ou impedir a ovulação, porém, dependendo do estágio do ciclo da mulher ele também pode facilitar o espessamento do muco cervical que pode dificultar a locomoção do espermatozoide. (LACERDA et al, 2018).

3.2 FUNCIONAMENTO NO ORGANISMO

O Levonorgestrel, outro nome utilizado para a pílula do dia seguinte, promove a liberação de hormônios sintéticos que, ao serem absorvidos pela corrente sanguínea, reduzem os níveis do hormônio folículo estimulante (FSH) no organismo. A ação do Levonorgestrel bloqueia o ciclo reprodutivo, impedindo a fertilização e a implantação do embrião. Entre suas funções, destaca-se o papel nos movimentos das tubas uterinas, responsáveis por liberar o óvulo e impulsioná-lo em direção ao útero. No entanto, a presença do hormônio faz com que o óvulo permaneça estacionado, impossibilitando o encontro com o espermatozoide. (Ramos et al., 2018)

3.3 EFEITOS ADVERSOS

Deve-se ter muita cautela quanto o uso, pois ela não é tão efetiva quanto os demais métodos de controle de natalidade, também porque a dose de hormônios contida no AE é mais elevada do que nos anticoncepcionais comuns, podendo causar efeitos colaterais graves, caso haja uso contínuo. (Medeiros, Marcela Freitas 2019)

Os principais efeitos colaterais são: dor de cabeça; náusea e vômitos; aumento de retenção de líquido; dor abdominal; sangramentos escape; amenorreia; menstruação irregular, podendo adiantar ou atrasar o sangramento; cansaço excessivo; eventos trombóticos; aumento do risco de doenças cardiovasculares e aumento do risco de uma gravidez ectópica. (Abreu, Mafalda 2020)

Os efeitos colaterais podem surgir tanto na pílula de dose única de um comprimido de 1,5mg, como também na de duas doses, com dois comprimidos de 0,75mg. (PORTELA, 2015).

3.4 CONTRAINDICAÇÕES

A única contraindicação absoluta para a Organização Mundial da Saúde é a gravidez confirmada. Todas as mulheres podem usar o método com segurança, mesmo que tenham contraindicações ao uso de anticoncepcional combinado. (LACERDA et al, 2018)

Mulheres com antecedentes de acidente vascular cerebral, tromboembolismo, enxaqueca severa ou diabetes com complicações vasculares, são classificadas na categoria dois da Organização Mundial da Saúde o recomendável são precauções. Para esses casos, a AE pode ser substituída pelo método de Yuzpe pelo levonorgestrel. Deve-se também ter atenção com quem faz uso de Efavirenz (remédio usado no tratamento de AIDS, pois esse diminui a sua eficácia em até 50 %). (PORTELA, 2015)

3.5 ACESSO A PÍLULA DO DIA SEGUINTE

A contracepção de emergência consta como metodologia passível de utilização em casos que ocorre a relação sexual de risco por não uso de método de prevenção, falha ou estupro, segundo as Normas de Planejamento Familiar, do Ministério da Saúde, tais orientações incluí também jovens. (BRASIL, Ministério da Saúde. 6ª Edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2016).

Os métodos contraceptivos excepcionais a este, atuam de forma a prevenir a gravidez antes (anticoncepcional) ou durante (preservativo) a relação sexual, já o anticoncepcional de emergência (AE) atua após a relação sexual. Ainda que tenha disponíveis os métodos para evitar a gravidez de forma acessível, ocorre mesmo assim a gravidez indesejada em elevado número, principalmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Por este motivo o acesso rápido e fácil ao AE é importante. Mesmo sendo extremamente útil para evitar a gravidez à pílula do dia seguinte deve ser usada em último caso. Torna-se importante informar que ela não tem como função substituir métodos contraceptivos tradicionais como a camisinha, que além de evitar a gravidez, protege contra doenças sexualmente transmissíveis. (TAVARES, ORIZEU, Revista Thêma et Scientia – 2018).

Uma porção da população não tem conhecimento de que o AE, desde 2012, é disponibilizado nas unidades básicas de saúde. Pelo SUS é disponibilizado a progesterona sintética, o levogestrel, contendo 0,75mg. Nas unidades básicas de saúde (UBS) o interessado, solicita o AE na recepção, é encaminhado a enfermeira, onde o medicamento seria fornecido e é orientação sobre o uso. (TAVARES, et. al., *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, 2020)

Além disso, a cientista, do Instituto de Saúde e Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, Regina Figueiredo, que também é pesquisadora Científica e Coordenadora de Projetos em Saúde Sexual e Reprodução e de Prevenção a Violência e Drogas, esclarece que nas farmácias, é fácil conseguir o medicamento contraceptivo, apesar de ter de pagar um valor próximo de R\$ 15,00 a R\$20,00. O cidadão de qualquer idade consegue comprar o medicamento facilmente. Isso é a causa de cerca de 80% das pílulas do dia seguinte serem feitas em drogarias. Porém o medicamento possui uma tarja vermelha, com a escrita em branco “venda sob prescrição medica”. (SOUZA, Rosana - *Cadernos UniFoa*, dezembro 2018).

Há duas classificações nas tarjas vermelhas, as que não necessitam de retenção de receita e as que exigem retenção de receita - esses possuem contraindicações mais complicadas e podem provocar efeitos colaterais graves. Nesses, a tarja vermelha está impressa a mensagem “venda sob prescrição médica” e as com retenção de receita. Como o AE está classificado no primeiro grupo, torna mais fácil a aquisição em farmácias, apesar das contraindicações, levando, pela desinformação na maioria dos casos, a utilização abusiva do medicamento. SILVA, A. B.; SANTOS, C. D., v. 25, n. 3, p. 307-314, 2018.

Existem algumas ações para barrar a venda exacerbada de medicamentos que exigem prescrição medica. O diretor-presidente da ANVISA, Dirceu Barbano, disse em entrevista ao jornal Folha "Estamos preparando um esforço para informar às ações que as vigilâncias sanitárias devem fazer. Articulando que 'a comercialização de fármacos, de tarja vermelha, sem receita é uma transgressão sanitária desta ordem e a penalidade essa'. Essa ação tem que chegar ao fim". De acordo com a lei do ano de 1977, a comercialização de medicamentos tarjados sem a receita leva ao local multa, avisos, interdição e cancelamento de licença. Como a prescrição não é retida na drogaria é incomum a receita ser cobrada. (Entrevista, Dirceu Barbano, JFS)

Existem divergências de opinião entre os próprios farmacêuticos. Um argumento é que “na teoria o exigir receitas para remédios é válido, como o anticoncepcional, mas também lembra que no país existem problemas de acesso a médicos”, o professor da USP, Gustavo Gusso, que continua “As dificuldades de acesso a médicos tem que ser superadas. Lembra ainda é difícil o acesso a médicos em todos os lugares, tem lugares que o acesso ocorre uma vez ao mês, há locais que nem mesmo tem. Isso contribui para a automedicação e até uso de remédios caseiros. Há uma lacuna entre o ideal e a realidade.”. (Gusso, Entrevista, FSP)

Assim, vale salientar que o acesso a médicos no país precisa de melhorias, no tempo de espera para conseguir uma consulta com especialista, a população deveria ser orientada em relação a outros métodos de anticoncepção mais seguros e com menos riscos para a saúde da mulher, como o preservativo que além de prevenir de uma gravidez indesejada oferece proteção também a IST's. A disseminação da educação sexual é fundamental para mulheres, através dela é possível que sejam plenamente informadas sobre os riscos associados ao uso indiscriminado do AE, a fim de resguardar sua saúde, além de maiores compreensões sobre o funcionamento de seu ciclo menstrual e conseqüentemente, o período fértil. A vigilância sanitária e a

ANVISA requerem aprimoramentos em suas fiscalizações, especialmente no controle da venda de medicamentos que necessitam de prescrição médica. (LACERDA, Jaciane Oliveira; et. al., Revista de psicologia 2018).

3.6 FATOR SOCIAL

O uso incorreto do anticoncepcional de emergência além de causar risco a saúde de seu usuário pode não cumprir com seu objetivo de evitar uma gravidez indesejada, por tal motivo, apesar de ser considerado um método seguro e aprovado pela ANVISA (Órgão responsável pela regulamentação de medicamentos entre outros), é necessário que se tenha um conhecimento prévio por trás de seu uso para evitar a decorrência danos às vezes irreversíveis ao consumidor (COSTA et al., 2021).

Pêgo (2021) inclui os profissionais da saúde nesta base educacional da seguinte forma:

A inclusão, e a disponibilidade aos recursos contraceptivos e preventivos para sexo feminino e masculino é essencial para determinar a ação reprodutiva brasileira. Com isto, os profissionais de saúde habilitados aos serviços correspondentes atuam de tal forma a auxiliar ao usuário o método contraceptivo mais ajustável à sua maneira adequada, para que se torne um caminho progressivo.

Durante a adolescência é quando ocorre o início a maturidade sexual. Com a falta de informação e o constante estímulo de diversos meios, sejam esses hormonais ou sociais, a gravidez na adolescência é crescente no Brasil. Geralmente não planejada, essa gravidez se torna um problema de saúde pública, principalmente quando por medo da discriminação as mães adolescentes acabam optando por abortos inseguros e ilegais (PORTELA, 2015).

Nos adultos o uso discriminado do AE ocorre em geral devido a falha na dispersão de como deve ser feito o uso correto do medicamento, pelo ao fato de ser um tema pouco abordado durante a vida acadêmica a falta de interesse sobre o uso correto pode prevalecer. Dessa forma o indivíduo está mais propício a fazer o uso indevido da medicação e acabar tendo problemas decorrentes (MEDEIROS, 2019).

Em ambos os casos a decadência dos serviços de saúde associados a facilidade de obtenção do fármaco também se encaixam nos motivos dessa desinformação ainda prevalecer. Acontece que mesmo com o medicamento pertencendo aos de tarja vermelha (que mediante a Lei podem ser vendidos apenas com a apresentação de uma receita medica), há comércios que podem vender o medicamento mesmo sem a prescrição do profissional habilitado (PÊGO et al., 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário que as informações sobre o AE sejam divulgadas amplamente para que mulheres, com vida sexual ativa, possuam conhecimento sobre seu uso, suas indicações e contra-indicações, e tenham consciência que a pílula do dia seguinte não é uma solução mágica para gravidez indesejada e o uso de contraceptivos rotineiros (como camisinha e anticoncepcional) se faz indispensável, principalmente o preservativo como proteção para infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

Assim, é imprescindível a criação de programas voltados às ações educativas que forneçam entendimento aos usuários desse fármaco, principalmente em postos de saúde, clínicas da família e escolas, proporcionando às mulheres educação sexual e acesso aos métodos contraceptivos visando a prevenção e adequada proteção em relação à gravidez indesejada e às IST's, e o conhecimento a respeito da anticoncepção de emergência quando essa se fizer necessária.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFALTA de informação e os possíveis riscos sobre o uso exagerado da pílula do dia seguinte (levonorgestrel): Lack of information and possible risks about overuse of the next day pill (levonorgestrel). Mecanismo de ação pílula do dia seguinte(levonorgestrel), Research, Society and Development, ano 2021, v. 10, ed. 12, p.

BRAMBILLA, Andreia; RIECHEL, Tatiana; AMADEI, Janete Lane. Contracepção de emergência. Revista Sustinere, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 253 – 264, jan. 2017. ISSN 2359-0424.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde . Principais ações em saúde para prevenção da gravidez na adolescência. Brasília, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica De Saúde da Mulher – 6ª Edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2016

Cadernos UniFoa, edição nº 11, pag. 15, dezembro 2018.

Cavalcante, M. D. S., Soares, M. A., Feijó, C. M., & De França Fonteles, M. M. (2016). PERFIL DE UTILIZAÇÃO DE ANTICONCEPCIONAL DE EMERGÊNCIA EM SERVIÇOS DE ATENDIMENTO FARMACÊUTICO DE UMA REDE DE FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS. Revista Eletrônica De Farmácia, 13(3), 131–139.

Costa, W. R. ., Pugliese, F. S. ., Silva, M. S. da ., & Andrade, L. G. de . (2021). PÍLULA DO DIA SEGUINTE: IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO USO DE CONTRACETIVO DE EMERGÊNCIA PARA AS ADOLESCENTES. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 7(8), 932–940.

DO CARMO, Márcia Simone A. G.; DUARTE, Stênio F P Perfil das Usuárias de Anticoncepcionais de Emergência: Uma Revisão Sistemática. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Maio de 2017, vol.11, n.35, p. 317-324. ISSN: 1981-1179.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 131-161, jan./abr. 2017.

LACERDA, Jaciane Oliveira da Silva; PORTELA, Fernanda Santos; MARQUES, Matheus Santos. O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 379-386. ISSN: 1981-1179.

MEDEIROS, Marcela Freitas. O uso da pílula do dia seguinte por estudantes universitárias. 2019. 51 f. TCC (Doutorado) - Curso de Farmácia, Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

NOTA TÉCNICA Nº 1/2020-COSAJ/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, cláusula 4, parágrafo 4. 15/10/2021.

PÊGO, Ana Cristina Lima; CHAVES, Sabrina da Silva; MORAIS, Yolanda de Jesus. A falta de informação e os possíveis riscos sobre o uso exagerado da pílula do dia seguinte (levonorgestrel). *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 10, n. 12, p. 1-11, 29 set. 2021. *Research, Society and Development*.

PORTELA, C. Uso indiscriminado da pílula do dia seguinte. Faculdade de Educação do Meio Ambiente ,Ariquemes - RO, p.1-29, out. 2015.

RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010, art. 2º.

Roriz L, Ribeiro MLPC. A pílula do dia seguinte: um estudo sobre a percepção ético-moral de acadêmicas de enfermagem da FACESA. *Rev. Cient. Sena Aires*. 2016; 5(1): 63-9.

Sousa L. G. de, & Cipriano V. T. F. (2019). Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (22), e665.

TAVARES, GUIMARÃES, FIGUEIREDO, *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n.4, p.15702-15714 jul./aug. 2020

TAVARES, ORIZEU, *Revista Thêma et Scientia* – vol. 4, nº 4, pág. 129, julho/dezembro, 2018.

Autor(es): Silva, A.B.; Santos, C.D., *Revista Brasileira de Farmácia*, Volume 25, Número 3, 2018, Páginas 307-314.

Entrevista com Dirceu Barbano, diretor-presidente da ANVISA, sobre ações para restringir a venda de medicamentos de tarja vermelha sem prescrição médica. *Jornal Folha de S.Paulo*.

Gusso, G. Divergências de opinião entre farmacêuticos sobre a exigência de receitas para medicamentos. Entrevista concedida por Gustavo Gusso, a folha de São Paulo.